



[pt](#) [Notícias](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Não só lamentamos a morte cruel da Shireen, mas de todas as vidas consideradas descartáveis em nome do colonialismo. Shireen, presente!

AN Original

O seguinte texto foi escrito pela amada jornalista Palestina-Americana Shireen Abu Aqleh em 2021. O texto original foi publicado em inglês na publicação digital This Week in Palestine. Este artigo relata as(...)

Por Daniela Silvestre Jorge Ayoub



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

‘Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos só no mundo’

Uma breve reflexão sobre a Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique

AN Original - Alice Comenta

A terra é, para uma grande parte das pessoas do planeta, uma rede de relações materiais e espirituais indispensáveis à produção da vida em todas as suas formas. A produção e a manutenção da vida estão(...)

Por Teresa Cunha



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

O Ciclo da Ilha

AN Original

Os cascos dos barcos têm outras vozes na voz que meditam o mangal a pedra e cal tem suas inclinações geométricas todo o cinzento de cores a tomar pássaros ritmos de casas de macuti ondas que se(...)

Por Léo Cote



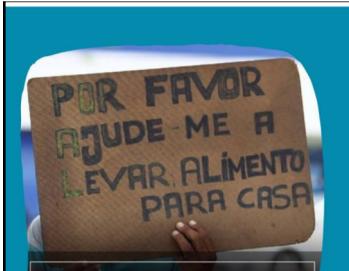
[en](#) Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Direct democracy against populism

AN Original - UNPOP Series

Many theorists of democracy as well as political establishments across Europe are inimical towards referendums and citizens' initiatives? often called 'direct democracy'? because, among other things, they(...)

By Nenad Stojanovic



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Democracia Pobre Resulta em Pobres Democratas

AN Original

Já se encontra distante na história os calorosos debates realizados pelos cidadãos atenienses que ocupavam as ágoras públicas da Grécia. Naquelas praças, os braços erguidos, retóricas precisas e gestos(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



[es](#) Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Que la guerra y el engaño no nos sean indiferentes

AN Original

Imagina un país surgido de las ruinas del muro de Berlín y el desmantelamiento de la Guerra Fría, donde una 'revolución de colores' obliga al Presidente a renunciar y salir al exilio. Imagina que el vecino(...)

Por Verónica Córdova

[Facebook](#) [Twitter](#) [YouTube](#) [RSS](#)

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



alice



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Não só lamentamos a morte cruel da Shireen, mas de todas as vidas consideradas descartáveis em nome do colonialismo. Shireen, presente!

AN Original

2022-05-16

Por Daniela Jorge

O seguinte texto foi escrito pela amada jornalista Palestina-Americana Shireen Abu Aqleh em 2021. O texto original foi publicado em inglês na publicação digital [This Week in Palestine](#). Este artigo relata as experiências dela a reportar na cidade de Jenin após a fuga de 6 prisioneiros da prisão de Jilboa. No seu breve artigo, a Shireen escreve sobre as tragédias da colonização israelita, a realização histórica da resistência palestina na cidade de Jenin (que possui um dos campos de refugiados mais populosos da Palestina) e a chama continuamente reacendida da esperança de libertação. Esta semana Shireen foi assassinada em Jenin por um sniper israelita enquanto estava a efectuar uma reportagem para Al-Jazeera. Alguns políticos israelitas tentam justificar a sua morte, afirmando que ela estava "[armada com uma câmara](#)". Shireen não foi apenas assassinada enquanto estava a trabalhar, mas precisamente porque estava a exercer a sua profissão. Não só lamentamos a morte cruel da Shireen, mas de todas as vidas consideradas descartáveis em nome do colonialismo. Shireen, presente!

O Testemunho Pessoal de uma Jornalista Shireen Abu Aqleh

Foi provavelmente uma coincidência que me trouxe de volta depois de vinte anos. Em Setembro, quando cheguei a Jenin, não esperava reviver este sentimento impressionante. Jenin ainda é a mesma chama inextinguível - o lar de jovens corajosos que não se sentem intimidados por qualquer possível invasão israelita.

O sucesso da fuga da [Prisão de Jalbou](#) foi a razão pela qual passei vários dias e noites na cidade. Foi como voltar a 2002 quando Jenin viveu algo único, distinto de todas as outras cidades da Cisjordânia. Perto do fim da Intifada de Al-Aqsa, cidadãos armados espalharam-se por toda a cidade e publicamente desafiaram as forças de ocupação para invadir [o campo](#).

Em 2002, Jenin tornou-se uma lenda na mente de muitos. Este Abril, a batalha no campo contra as forças de ocupação ainda está poderosamente presente nas mentes dos seus habitantes, mesmo

daqueles que ainda não tinham nascido quando a Intifada de Al-Aqsa aconteceu.

Voltando a Jenin agora, 20 anos depois, encontrei muitas caras conhecidas. Num restaurante, encontrei Mahmoud que me cumprimentou com a pergunta: "Lembras-te de mim?" "Sim", eu respondi: "Lembro-me de ti". É difícil esquecer essa cara e esses olhos. Ele continuou: "Fui libertado da prisão há alguns meses". Mahmoud era procurado pelos israelitas quando o conheci durante os anos da Intifada.

Revivi as emoções de ansiedade e horror que sentimos cada vez que encontrávamos uma pessoa armada no campo. Mahmoud é um dos sortudos; foi preso e libertado, mas as caras de muitos outros foram transformadas em símbolos ou apenas memórias para os habitantes de Jenin e para os palestinos em geral.

Durante esta visita, não enfrentámos nenhuma dificuldade em arranjar um lugar para ficar, ao contrário de há dez anos atrás, quando tínhamos que ficar nas casas de pessoas que não conhecíamos. Nessa altura, as pessoas abriram as suas casas para nós, pois não existiam hotéis.

À primeira vista, a vida em Jenin pode parecer normal, com restaurantes, hotéis, e lojas que abrem as suas portas todas as manhãs. Mas em Jenin temos a sensação que estamos numa pequena aldeia que monitoriza os estrangeiros que entram.

Em todas as ruas, as pessoas perguntam à nossa equipa: "És da mídia israelita?" "Não, nós somos da Al-Jazeera". As matrículas amarelas dos veículos israelitas levantam suspeitas e medo. O carro foi fotografado e a fotografia circulou várias vezes antes do nosso movimento na cidade se tornar familiar entre os habitantes.

Em Jenin, encontramos pessoas que nunca perderam a esperança; não permitiram que o medo infiltrasse nos seus corações e que não foram quebradas pelas forças de ocupação israelitas. Provavelmente não é uma coincidência que os seis prisioneiros que conseguiram escapar sejam todos da zona de Jenin e do campo.

Para mim, Jenin não é uma história efémera na minha carreira ou mesmo na minha vida pessoal. É a cidade que consegue elevar o meu moral e ajudar-me a voar. Ela representa o espírito palestino que por vezes treme e cai, mas que, além de todas as expectativas, ascende para realizar as suas trajetórias e sonhos.

E esta tem sido a minha experiência como jornalista; no momento em que estou fisicamente exausta e mentalmente esgotada, sou confrontada com uma nova e surpreendente legenda. Pode emergir de uma pequena abertura, ou de um túnel escavado subterraneamente.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
- inscrita no Livro do Património
Mundial em 2019



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

‘Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos só no mundo’

Uma breve reflexão sobre a Revisão da Política Nacional de Terras em Moçambique

AN Original - Alice Comenta

2022-05-12

Por Teresa Cunha

A **terra** é, para uma grande parte das pessoas do planeta, uma rede de relações materiais e espirituais indispensáveis à produção da vida em todas as suas formas. A produção e a manutenção da vida estão ainda intimamente ligadas aos conhecimentos que advêm da sua relação com a terra e que são responsáveis para se poder viver bem. Assim, entende-se que a ocupação e o uso da **terra** não são, necessariamente, equivalentes à sua propriedade. Pelo contrário, em muitos lugares do mundo, incluindo em Moçambique, são as pessoas que se veem como pertencendo à terra.



Foto de Teresa Cunha: Marcha de mulheres em Maputo (2019)

Estas ontologias relacionais encontram-se no âmago da definição de viver bem das pessoas e constituem as razões profundas que as levam a resistir e a contrariar o que os ditames neoliberais propõem para o uso e o aproveitamento da **terra** que é a sua radical objectificação, mercantilização e exploração. Isto pode ser percebido nas diversas lutas contemporâneas que têm lugar contra a mineração, as barragens, a exploração dos recursos energéticos, a desflorestação, as monoculturas intensivas, a apropriação de terras para ocupação urbana ou turística, entre outras.

Em Moçambique a maioria das pessoas vive da e com a terra. As famílias e as comunidades utilizam a terra, como nos ensina José Negrão, *para a produção de vários bens de consumo que não são totalmente*

substituíveis pelos bens do mercado e que não passam, exclusivamente, pela sua conversão em dinheiro. Pelo contrário, os chamados consumos provenientes da terra são também redes de obrigações sociais. Tendo isto em conta, proponho-me uma breve crítica sobre a Revisão da Política Nacional de Terras (PNT) em curso em Moçambique.

Citado pelo documento publicado pelo Observatório do Meio Rural a 22 de Fevereiro de 2022, o Presidente da República de Moçambique argumenta que a necessidade da revisão da PNT se prende com os **novos desafios** que a actual **conjuntura e o desenvolvimento** apresentam a Moçambique. Na mesma citação é destacado que o que se preconiza são **pequenos ajustamentos** e a finalidade é **melhorar o uso e o aproveitamento da terra no país**.

Sendo certo que, desde os meados dos anos 90 do século passado, altura em que a Lei de Terras (1997) foi aprovada, ocorreram muitas mudanças no mundo em geral e, em Moçambique em particular, na realidade o que parece estar em causa nem são pequenos ajustamentos nem se trata de dar respostas adequadas e justas às aspirações e problemas enfrentados pela maioria da população moçambicana.

No entendimento de Boaventura Monjane e Natacha Bruna, entre outrxs intelectuais e activistas moçambicanxs, as principais razões para que tal aconteça têm que ver com a economia política agrária neoliberal que tem sido seguida no país, nomeadamente, a partir do início da década de 90 e que têm várias raízes: as alterações fundiárias e de regime económico da terra durante o colonialismo e que permaneceram de várias maneiras; as exigências feitas a Moçambique pelo Banco Mundial e a Fundo Monetário Internacional em troca da paz no país e que têm conduzido o país sob a retórica da liberdade 'sagrada' do mercado (capitalista, diga-se); e, como alerta Natacha Bruna, a captura do Estado moçambicano *pelos capitais externo e interno, funcionalmente fragilizado, ganhando resiliência aos protestos populares e actuação da sociedade civil, e operando a favor e em resposta a estímulos capitalistas*.

Neste sentido, a actual Revisão da Política Nacional de Terras é vista e entendida como o passo necessário para a emenda da Lei de Terras que permitirá às elites nacionais, através do aparelho do Estado, reforçar as suas posições no mercado do investimento agrário. Isso será conseguido:

- a) Tornando a terra um bem cada vez mais transaccionável,
- b) Flexibilizando a entrada de capital estrangeiro de investimento para grandes projectos agrários ou de exploração dos recursos naturais que tenham na terra o seu principal enfoque e
- c) Aumentando a capacidade de controlo do governo sobre os processos de titulação, delimitação e determinação das áreas de interesse público ou de desenvolvimento estratégico em ordem à expropriação das terras ocupadas pelas comunidades rurais e camponesas.

No documento, ainda em discussão pública, são referidos, reiteradamente e usando variadas formulações, os verdadeiros objectivos da nova PNT. No parágrafo 159, o seguinte:

*- O Governo defende a necessidade de **ajustar e flexibilizar** os mecanismos legais e administrativos de transmissibilidade de DUATs - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra - em especial dos prédios rústicos ou terrenos rurais numa abordagem **de economia de mercado**.*

Ou ainda no parágrafo 160:

*O Governo deve aprofundar a livre transmissão de DUATs de prédios rústicos, eliminando a autorização prévia ou regular os termos em que esta deva ser estabelecida por forma a **não constituir obstáculo ou constrangimento na dinâmica das transações de bens imobiliários e respectivos direitos fundiários conexos**, como forma de impulsionar o desenvolvimento económico.*

Este é realmente o tom da proposta ao longo das suas 74 páginas. Porém, no meu entendimento, que é corroborado pelo Fórum Mulher e as organizações de mulheres camponesas com as quais trabalhei o documento nos três primeiros meses deste ano – a quem agradeço profundamente pela oportunidade de aprendizagem - o que fica claro, é que esta abertura ao sector privado, sabendo nós que as

capacidades financeiras e de poder das pessoas, particularmente das mulheres camponesas e das comunidades são extraordinariamente desiguais, torna esta relação, não de parceria, mas de potencial subserviência e de exploração. Seguramente, em muitos casos, esta resultará no despojo dos parques bens que ainda possuem, nomeadamente a sua **terra**.

As/os camponesas/es moçambicanas/os, juntamente com outros actores aliados - organizações da sociedade civil, intelectuais, activistas -, têm levado por diante um movimento social de resistência a esta proposta de PNT e estão conscientes de que a sua luta pela **terra** é muito mais do que o acesso a um bem material donde, também tiram o seu sustento. Estão atentas/os aos enormes desafios que estão a enfrentar na sua vida colectiva e que advêm de vários lados: da liberalização radical da **terra** ainda que o Estado continue a ser o único proprietário; da expropriação e alterações agrárias que os mega-projectos extractivos estão a provocar; do esvaziamento territorial e as consequentes mudanças demográficas e fundiárias a curto e longo-prazo na sequência da deslocação forçada motivada pela(s) guerra(s); das alterações profundas no manejo e na organização da vida material e imaterial da vida ligada à **terra** advindas das alterações climáticas; e ainda da expansão das periferias urbanas que transformam terra fértil em lugares de inferno, miséria e indignidade.

Porém, é necessário sublinhar que as resistências estão em marcha com toda a sua potência e a coragem de quem sabe enfrentar um adversário cruel e poderoso, e que não desiste do seu lugar no mundo. Esse será o tema da minha próxima reflexão aqui, no Alice News.

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Teresa Cunha é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. Co-coordenou os ciclos do Gender Workshop entre 2012 e 2022. Coordena a Escola 'Ecologias Feministas de Saberes' É professora-coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Mulheres, Territórios e Identidades vol 1, 2 e 3; Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaios pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Arte e Cultura inscrita no Livro do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

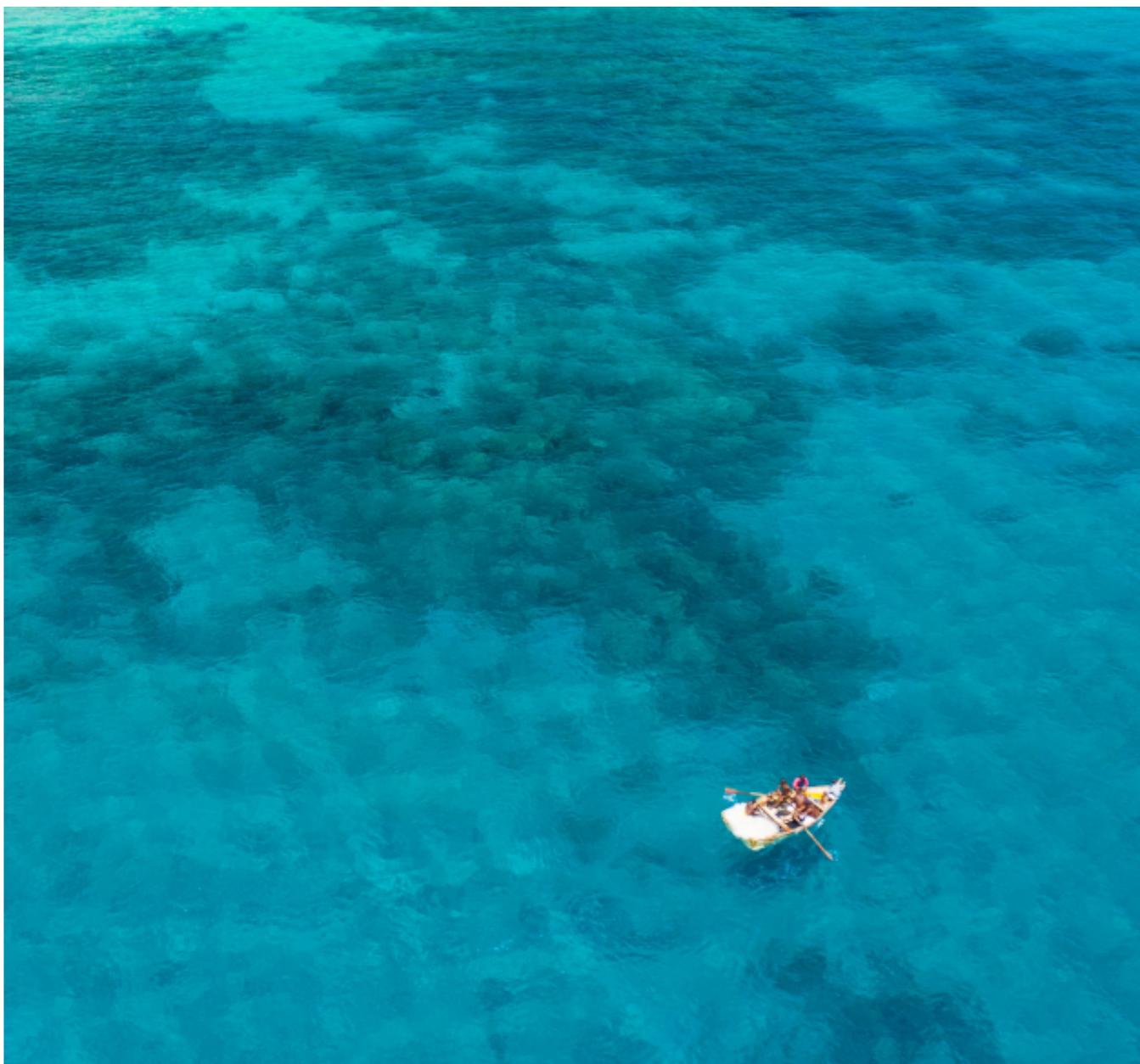
O Ciclo da Ilha

AN Original

2022-05-06

Por Léo Cote

Os cascos dos barcos têm outras vozes
na voz que meditam
o mangal a pedra e cal
tem suas inclinações geométricas
todo o cinzento de cores a tomar pássaros
ritmos de casas de macuti
ondas que se quebram em seu sal
Nem a criança chega ao colo
para a vertigem da fotografia
para a inclinação entre as águas
para a cinzenta penugem de sol
ao ter pousado o corpo na areia
e de se ter apercebido uma vertigem nova
a coisa abrupta que nos sai da boca
que é carregar ao colo o azul
que é só o horizonte
a praia nevada de cores
de barcaças sobre suas sombras
com coqueiros altos sem a sensação abrupta de Deus



À Vanessa Riambau Pinheiro

*estou num dwoh¹ e o mar está verde esmeralda
Vanessa Riambau Pinheiro*

É no mar verde que a vela acorda instrumental
nem um corpo vaga e o mar acontece em suas mãos
tácteis e o dwoh quer o mar que é seu
E deixa o mangal em suas árvores
de pássaros e chilros de ramo em ramo
E assim se recolhe o homem na sua lida
no espaçoso mar
onde se movem seres inumeráveis
e ali passam navios e barcos pequenos
Escondendo o rosto aquilino
que tira a respiração dos pássaros
Daí meditar o mar os seus leves traços
e sua gentil presença

como se as árvores falassem desde o centro
das águas ou da história que nasce
das suas paredes
ou das aves altas
ou dos peixes, pequenos e grandes,
que fundam a ilha
ou a deusa entre a separação das águas

Toda a respiração dos poros da concha
da casa amarela e verde dos peixes
da situada vigília das algas
e suas rumorosas asas
vêm o sol pôr sobre as águas melancólicas
como um Deus distante
ou uma estranha sensação de diluição e apagamento
em força e beleza

E há entre águas meninas a trançar e a dizer
- orera

À deusa aquilina que do cabelo as tranças se destrançam
no trabalho das meninas para resolver o enigma
e a descoberta
no ritual da dança a ensinar os cabelos a serem nós
a dar movimento a fina flor da arábia
as coisas macias que pensam no movimento
de cada mecha que se desfaz inevitavelmente
no nó que ata
como Penélope a adiar o destino
orera é um efémero acontecer de luz
a luz que se apaga rápida
e rápida aparece
e nessa morte e rápida aparição
ela sobrevive
como se dissesse que o resto do corpo é mentira
O canto das casuarinas acorda a ouvir uma saudade
de quem mais ali não está
num chamamento do relógio do mundo
como se preferisse a hora do sol
romper a espreguiçar-se
e a tirar a mortalha da poeira das estrelas
onde só a ilha é verdade
a cidade entre a beleza e os escombros
o mar muito dos pescadores a cantar
os meninos a pedirem fotografias
em suas poses
o sorriso gentil de quem passa
sem pressa nem buzinas

A memória que a si mesmo interroga
dá em ondas de pássaros e soluços de sílabas
ao pisar esse candeeiro brilhante
adragado o pacote como um farol
nessa pequena embarcação, a ilha
no cais sem contradição
o que entra para dentro e sai perto das duas

ilhotas desertas
e oferece três entradas para dentro do porto
onde apenas pequenas canoas velejam
e avistam à fortaleza
e por detrás dela e entre um intervalo
vê-se o arvoredado e suas canoas possantes
o grande turbante do ramadan à cabeça
e o porto interior a cantar o seu eterno pregão
onde o tímido Alah ri-se dos tímidos versos
bem comportados
nas ruas vagarosas do perfil magoado da cidade
ou do colorido da capulana como uma distância alegre

Extenuada sonha entre casuarinas circulares
a deusa aquilina
no laborioso percurso da neblina
entre os anexos para os escravos
e um estábulo onde cabem três cavalos
e uma maciça escada de pedra
ou um sofá indiano, leve,
que parece fresco e convidativo
como para mostrar as predileções do proprietário
e entre a cama e a cómoda
um despertador francês
como para mostrar a brancura encardida do quarto
petrificado o tempo da mulher mítica
em suas argolas excessivas
índica missanga perdida
ou comprada para alguma gaveta de músculos
entretendo-me

Não és igual aos animais que perecem
aos que a morte se alimenta deles
e floresce como a flor do campo
e passa o vento que logo se vai
no entanto, tu permaneces
e cobre-te a luz como um vestido
e é o teu rosto um perfil de aves
onde aninham as estações
e passam navios
Em todo o comprimento da cidade
a extensão da praia
é um mar indeterminado e abstracto
uma nebulosa vaga de hábitos e soluços
como vielas desalinhadas e estreitas
onde se rasga aqui e acolá um rancho de crianças
ou equilibradeiras de alguns frutos e peixes
indo tratar da vida
convertida em sólida pedra de opulentos muros
sentindo-se o mar apenas no odor e na viração
que tremula ao topo das palmeiras
És esse igual a si mesmo
como tamanhos gastos das portas
sobrando-nos os templos e tu

e a morte nota-te intacta como um edifício grande
a lembrar os barcos que partiram
Eras a serena manhã ao longe
estendendo-se
e indiferente ao dwoh que faz a travessia
como riquexós a correrem para o fim do mundo
com o motor a dois tempos
a arfar sobre o silêncio interrogado
é a ponte que veio quebrar a tranquilidade muda dos cactos
ali se liga a ilha com o resto de terra
certa do silêncio da memória, avanças
és o vulto marinho
esse possível amor que a morte nos devolve
Entre as areias e o mar viajas
e teu corpo respira a doçura própria da luz
teus anseios ficam como conchas e buzios
teus seios como a palpitação do sémen e do rio
como paixão muda dos olhos
como corpos dados a volúpia
em soberbo gozo
como a Vénus despida no próprio mar

1 - Barco à vela

Léo Sidónio de Jesus Cote nasceu em 1981, em Maputo (Moçambique). Exerce a profissão de revisor linguístico. Tem publicado *Carto Poemas de Sol a Sal* (2012) e *Poesia Total* (2013), este último resultado do prémio literário 10 de Novembro do Concelho Municipal da Cidade de Maputo. Viu a sua reaparição literária com *Campo de Areia* (2019) sob a chancela da Fundação Fernando Leite Couto e 2020 publica um pequeno *e-book*, que se pode acessar gratuitamente através do link https://bit.ly/Eroticus_LeoCote, com o título *Eroticus: Onze Poemas e uma Quadra sob Medida*. Em 2021, publica o livro digital *Eva* (Menção honrosa Prémio INCM/Eugénio Lisboa), disponibilizado gratuitamente através do link <https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2021/11/Eva.pdf>, que a sua estreia em prosa.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Direct democracy against populism

AN Original - UNPOP Series

2022-04-30

By Nenad Stojanovic

Many theorists of democracy as well as political establishments across Europe are inimical towards referendums and citizens' initiatives – often called “direct democracy” – because, among other things, they fear that such democratic instruments might favour populism and produce “bad” decisions. The 2016 Brexit referendum or the 2009 minaret ban in Switzerland are often cited as cases in point. Scepticism towards direct democracy is further nourished by the fact that many – albeit not all – populist parties call for introducing or reinforcing direct democracy in the respective countries. In 2014, for example, parties such as the UK Independence Party (UKIP), the Swedish Democrats and Alternative for Germany (AfD) founded the “Alliance for Direct Democracy in Europe”. It is telling that an AfD politician declared that his goal was to promote the “Verschweizerung Deutschlands”, that is, the Helvetization of Germany. Indeed, Switzerland is the world's champion in direct democracy: more than a third (648 out of 1,900) of all popular votes held in the world at the national level until mid-2020 took place in Switzerland. The record is even more impressive if we look at the available data on popular votes held at the substate level: 6,571 out of 8,000 took place in Switzerland.

Against that background, I claim that scepticism towards direct democracy rests on shaky ground. In fact, I will try to argue that a frequent use of direct democracy could structurally undermine populism.

The unified people?

An essential characteristic of populists is that they are not only anti-elitist but also anti-pluralist. They typically claim that “We – and only we – represent the true people”. The true people is thereby represented as a unitary, homogeneous community.

Now, it is relatively easy, I argue, to spread this fiction in countries where you never actually ask voters what they think about a particular political issue. Take, for example, the following typical quote Marine Le Pen, the leader of the (populist) party “Rassemblement national” in France: “The people no longer want immigrants”. Yet neither we nor the populists themselves know how French citizens would actually vote on this particular issue.

A key insight, here, is that a *frequent and regular* use of direct democracy *structurally* undermines populist ideology based on “the people's will” and a unified, non-pluralist conception of the people. Of course, we know that this conception is a fiction but it is easier to unmask in a political system in which direct democracy is commonly used.

To see this, it is of crucial importance to underline that a frequent use of direct-democratic tools creates a context of unstable and ever-changing majorities and minorities. While mainstream theorists of democracy consider this fact as a significant *disadvantage* of direct democracy, it is crucial to my non-populist account as it increases the likelihood that members of minorities will be parts of political majorities on some issues. This insight also contributes to relativizing the charge that direct democracy can exacerbate the danger of majority tyranny and the twin problem of persistent minorities. I argue that the opposite is actually true: it is in purely representative democracies, especially if the representatives are elected according to majoritarian rules, that minority groups can be systematically outnumbered by the majority. In a system of frequently employed direct democracy – where people can vote on ordinary policy issues such as pension reform, healthcare, a new motorway tunnel or environmental regulations – the chances are high that a citizen belonging to a minority group will quite often be on the winning side, that is, in the *majority*. This effect of direct democracy confers legitimacy on the political system and allows it to counter the populist rhetoric of real or potential ethnonationalist leaders and movements.

Consider the fact that Swiss populists have often tried to launch citizens' initiatives with the aim of limiting immigration. And yet, with one exception since 1970, all such proposals have failed because the majority of the people were against them. The exception is the citizens' initiative "against mass immigration" that was narrowly (50.3 percent) accepted on 9 February 2014. Is this one popular vote a reason to reject direct democracy as an institution? Of course not. We should not judge democracy only on the basis of its outcomes. After all, hardly anyone has proposed to abolish free elections and representative democracy on the grounds that a considerable number of citizens of France, Italy or the United States have voted for populists such as Le Pen, Salvini and Trump.

The valve function of citizens' initiatives

The instruments of direct democracy, especially the citizens' initiative, fulfil several functions in the political system. One of them is the so-called "valve function". Thanks to the citizens' initiative, dissatisfied citizens can let off steam by protesting against the system.

Let us take the rise of Islamophobia as an example. In Germany it is at the heart of "Pegida", a populist movement. Its name – "Patriotic Europeans against the Islamisation of the West" – is a perfect summary of its cause. Despite several attempts, Pegida has never succeeded in setting foot in Switzerland. Violent attacks against asylum centres have also been virtually non-existent in Switzerland. One hypothesis is that direct democracy allows (potentially or actually) Islamophobic Swiss citizens to "let off steam" and express their frustration by voting "yes" or "no" on certain citizens' initiatives, for example in the popular votes against the construction of minarets in 2009 and a burka ban in 2021. On these occasions a majority of voters – 57.5% and 51.2%, respectively – approved such populist proposals.

While we may regret the outcome of these popular votes, a far-right movement like Pegida seems far more frightening to me. According to a number of Swiss political scientists, it is well possible that protest phenomena such as Pegida are not getting through in Switzerland because the critical debate is constantly being fuelled by direct democracy. In other words, people who have a direct say in decisions do not need to raise tensions and to provoke (potentially or actually) violent conflicts on the streets.

Moreover, even if it is likely that populist proposals such as the burka ban can gain a majority at the ballot box, we should ask if the situation is different in purely representative democracies. By June 2017, the parliaments of countries such as France, Belgium and Austria had already adopted a burka ban.

Against availability heuristics

I argued that direct democracy is not per se a door opener for populists. On the contrary, it can constantly undermine the populist logic – and its political success – by breaking the myth of a homogeneous people.

Let me conclude this article with a note on *availability heuristics* – a cognitive shortcut that can generate biased judgements due to the fact that people tend to evaluate events or proposals by considering the availability of instances of that event that can readily be brought to mind. So, if today somebody tries to advocate direct democracy, the typical critic will say, “Bad idea! Look at what happened with Brexit!”

It seems evident to me that it is not rational to reject an institution on the basis of only one or two “bad” examples. Also, one could say that the Brexit referendum has nothing to do with the kind of direct democracy discussed in this article. Apart from many problems that accompanied it (especially the fact that it was not clear that a “no” vote would be irreversible and that the new deal with the EU would not be put to a popular vote, I should emphasize that Brexit was a typical example of a top-down referendum, where a Prime Minister (or a President) has the power to decide whether or not to hold a referendum. The alternative is the bottom-up version, as practiced in Switzerland, coming from citizens themselves. And even if citizens’ initiatives and referendums are launched by elites (parties, trade unions, associations etc.) they can hardly bypass the hard grassroots-democratic work consisting in collecting signatures and convincing citizens to support their cause. Hence, probably the most difficult task for advocates of direct democracy is to convince their critics to abandon availability heuristics and to evaluate both the merits and the shortcomings of direct democracy in a less passionate and a more objective way.

Nenad Stojanović is a SNSF Professor of Political Science at the University of Geneva. His main research topic is democracy, with a focus on political institutions for multicultural societies. In recent years he has conducted numerous “deliberative mini-publics” (i.e. citizens’ assemblies selected via lot) in several Swiss cantons and cities (www.demoscan.ch). He is the author of *Dialogue sur les quotas: Penser la représentation dans une démocratie multiculturelle* (Presses de Sciences Po 2013; Il Mulino 2014) and *Multilingual Democracy: Switzerland and Beyond* (ECPR Press 2021).



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de
Coimbra – Alta e Seta
incluída na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

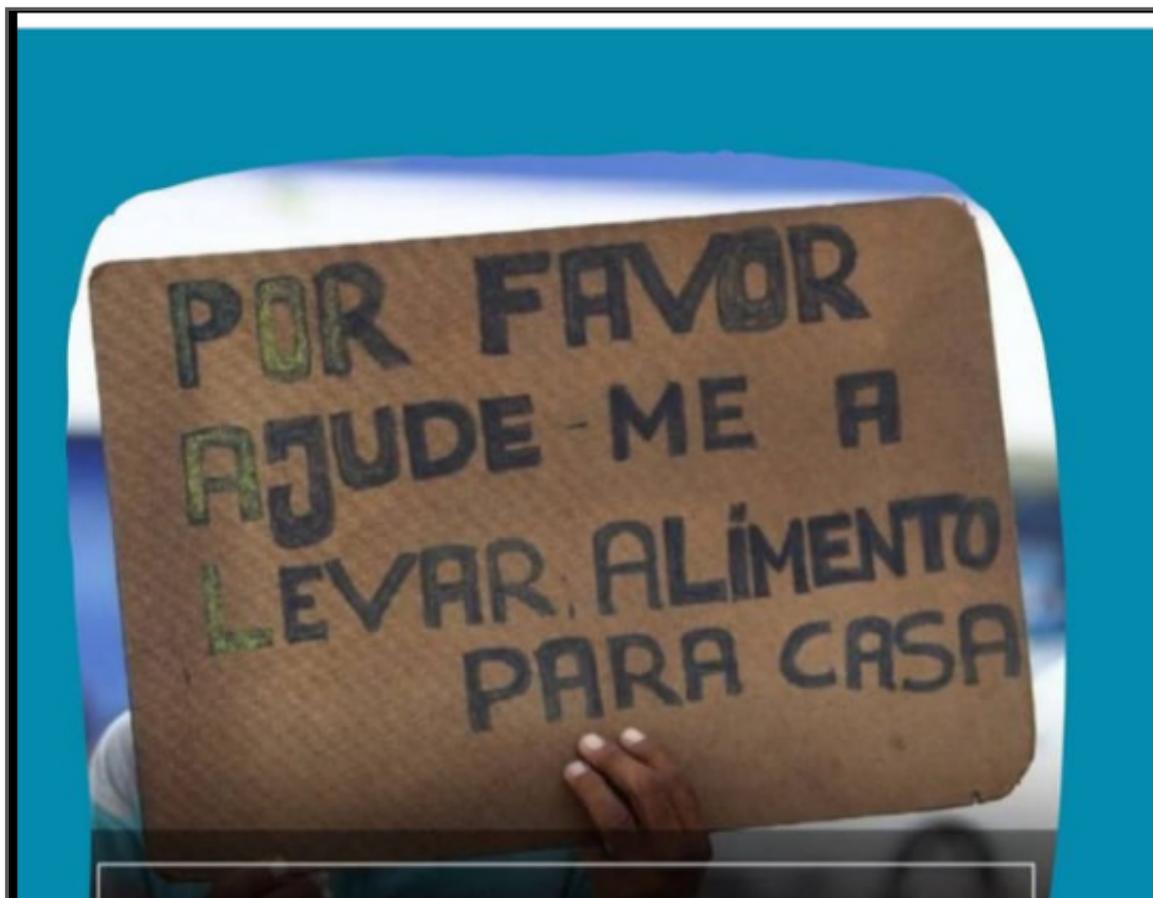
Democracia Pobre Resulta em Pobres Democratas

AN Original

2022-04-21

Por Rafael dos Santos da Silva

Já se encontra distante na história os calorosos debates realizados pelos cidadãos atenienses que ocupavam as ágoras públicas da Grécia. Naquelas praças, os braços erguidos, retóricas precisas e gestos cortantes ajudavam a compor as primeiras noções de democracia que o mundo ocidental experimentava. Como todo início, tais experiências precisavam ser melhor executadas e rapidamente ficou percebido uma distância entre a democracia ideal e a democracia real. Migrar de um tipo de democracia à outra passou a ser o exercício contínuo das diversas sociedades posteriores. Esse movimento resultou naquilo que hoje conhecemos por democracia possível, que será tanto benéfica quanto maior for a participação popular, tanto menos eficiente quanto menor for a participação da sociedade. A democracia possível, deve, portanto, ser caracterizada como uma democracia em movimento bem definida em [Carlos Nelson Coutinho](#) como sendo “o socialismo sem fim”.



Sob outra ótica tal ideia é igualmente trabalhada por Amartya Sen na sua obra "Democracy as a Universal Value" ao sustentar a tese de que o problema não é saber quanto uma determinada sociedade está preparada para a democracia, mas se esta sociedade se prepara por meio da democracia." O pensamento sustentado pelo Nobel em Economia em 1999, será objeto de crítica de Boaventura Sousa Santos em sua obra "A Díficil Democracia" publicada no Brasil pela editora Boitempo para quem tal posicionamento é uma "verdadeira celebração da perda de credibilidade das condições estruturais." Em outras palavras, uma aceitação ao desmonte do Estado-Providência. Boaventura irá sustentar seus argumentos apontando que o debate de Amartya Sen é parte da noção central da "concepção hegemônica da democracia" que terá seu grande expoente o economista austríaco Joseph Shumpeter para quem há certa "valorização positiva da apatia política" Suas palavras, segundo Boaventura legitimam "a redução da democracia a meros instrumentos eleitorais." Eis aí o surgimento de uma democracia pobre.

A rotação de uma democracia pobre ocorre em baixíssima velocidade pois a vida prática da cidadania não encontra a engrenagem da evolução social. Em ambientes onde cidadania e democracia não giram na mesma rotação, os fundamentos da vida não estão disponíveis ao coletivo e ocorre aquilo que chamamos de empobrecimento da democracia. Este ambiente é propício para o surgimento de conchavos entre "pobres homens ricos" que apelam ao jogo político como uma verdadeira expressão do oportunismo.

Para falar do Brasil, esses homens ocupam espaços estratégicos no parlamento, em especial nas chamadas bancadas BBB – bíblia, bala e boi. Organizam golpes, tramam contra o povo e subvertem a constituição impondo seus interesses. Vez ou outra um desses é alcançado pelo sistema de justiça conferindo verniz de justiça a pobre democracia. Mas em geral, os "pobres homens ricos" não passam de pobres democratas.

Nesses espaços, uma simples conta aritmética é capaz de explicar a apropriação da riqueza socialmente produzida que está devidamente legitimada pelos limites da legalidade. Por resultado do mal uso da justiça, uma democracia pobre alcança os próprios limites sociais completamente manietados às desigualdades. Alguns números do Brasil atual, ajuda-nos a compreender esse cenário de pobre democracia. Se nossa lente for a desigualdade sabemos que 52 milhões de pessoas estão afetadas por algum tipo de pobreza na renda. Segundo a organização social Ponte Social, 72% deste público é composta por pessoas pretas ou partas. O que revela a profundidade das raízes do nosso colonialismo. Considerando o mesmo público sabe-se que uma boa parte é composta por mulheres, o que expõe a força do patriarcado. Dando sequência, segundo o cadastro único do próprio governo federal revelado e noticiado por um grande jornal de circulação, aproximadamente 14 milhões vivem com até R\$ 89,00 por mês (considerando a cotação do dia 3 de abril, pouco mais que U\$ 19 dólares) Conforme a redação do jornal, trata-se do maior número de pessoas expostas a pobreza extrema desde 2014.

Na sequência, caso nossa análise seja a exclusão social, então precisamos considerar os dados do IBGE para quem há 12 milhões de desempregados, os 4,8 milhões de desalentados somados a outros 24,3% da força de trabalho que se encontram sub-utilizadas. Ao olharmos a evolução recente das estatísticas da PNAD – continua. Ao considerar o período de 2016 a 2020, em média 95% da população brasileira não dispunham de todos os instrumentos necessários para evitar a pobreza multidimensional. Ou seja, falta-lhes água potável ou acesso a saneamento básico; ou ainda não há acesso universal aos sistemas educacional ou de saúde; nessa conta falta-lhes acessar instrumentos de comunicação como internet.

Caso nossa lente seja a fome então precisamos considerar o relatório Olhe para a Fome da seríssima instituição Rede Persan, para quem 116 milhões de brasileiros(as) não tem segurança de realizar ao menos uma refeição nos próximos dias, e destes 19 milhões já não fazem alimentações regulares.

A soma e o resto constitutivo da desigualdade, da exclusão social e da fome constituem aquilo que tenho chamado de Dinâmica Social da Pobreza expressão maior da ausência da mediação da democracia a revelar pobres democratas. São pobres porque são atingidos diretamente pelas escolhas políticas realizadas pelos democratas pobres, e muitas vezes são usados como massa de manobra para legitimar o sistema da pobre democracia. Não há nesse ambiente um projeto político de fortalecimento da democracia, cuja concepção hegemônica acaba por ser o caminho único.

O aprofundamento do processo democrático precisa superar a noção hegemônica de democracia justamente ao ampliar as possibilidades de uma democracia contra hegemônica. Aqui a democracia ganha aspectos de movimento organizado e de possibilidade. Daí porque falar de democracia possível. Nesse aspecto, novamente convém voltar a Boaventura para quem a noção de dialética nos ajuda a compreender que a possibilidade de uma democracia somente pode ser considerada se o direito a diferença for levado a cabo, razão pela qual em uma democracia das possibilidades "temos o direito de

sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, e temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”

Em outras palavras, a democracia possível deve ser posta em rota a partir das necessidades básicas de um coletivo, e não instrumentalizar interesses a partir do jogo do poder quase sempre legitimado por processos eleitorais. Não obstante, a democracia das possibilidades passa pelo sufrágio da escolha popular, muito embora não possa ser somente reduzida a esse momento.

Novamente tomando o Brasil como cenário, o ano de 2022 será marcado pelas possibilidades do processo eleitoral. De modo especial é preciso pensar estratégias que superem os extremismos que já ganhou as ruas para avançarmos concretamente nas mudanças estruturais. Tais mudanças já não prescindem somente das eleições executivas, mas da eleição significativa de uma bancada legislativa com características progressistas e da ampla participação popular. Caso contrário, toda a efervescência a girar em torno das eleições nacionais findarão por jogar o Luiz Inácio (Lula) a cova dos leões gerando dois resultados possíveis: uma completa cooptação sistêmica ou seu *impeachment*.

Para evitar isso é preciso um recobro a sensibilidade de Carlos Alberto Libaneo, ou simplesmente Frei Betto para quem “governo é igual a feijão: ambos só funcionam em panela de pressão”. Ao substituir governo por democracia então teremos a receita necessária para evitar uma democracia pobre feita por pobres democratas.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Faculdades de
Ciências e Educação
e Ciências e a Cultura
Universidade de
Coimbra – João de Barros
Reitor do Liceu de Palmário
Maio de 1512



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Que la guerra y el engaño no nos sean indiferentes

AN Original

2022-04-14

Por Verónica Córdova

Imagina un país surgido de las ruinas del muro de Berlín y el desmantelamiento de la Guerra Fría, donde una “revolución de colores” obliga al Presidente a renunciar y salir al exilio. Imagina que el vecino más rico y poderoso de ese país, molesto con la dirección que toma el nuevo gobierno, inicia una guerra y desencadena destrucción, destierro, masacres y hambruna. Otros países intervienen para enviar armas, financiamiento y asesores hasta convertir el conflicto interno en una *proxy war*, como se le llama ahora a la guerra internacional indirecta.

No estoy hablando de Ucrania, sino de Yemen. Una guerra que lleva ya siete años, pero de la que probablemente sabes casi nada. Las imágenes de sus escuelas y hospitales destruidos, de sus muertos a la intemperie, de sus bodas bombardeadas y de sus niños famélicos no se ven en todos los noticieros, ni te llegan mensajes de solidaridad con Yemen en tu muro de *Facebook*.



CC BY-NC-ND / ICRC / Karrar al-Moayyad

Como la de Yemen hay decenas de guerras que, a pesar de que llevan años desangrándose, nos han sido indiferentes. Si un árbol cae en el bosque y nadie está ahí para escucharlo: ¿ha caído realmente? Si una guerra ruge en algún lugar lejano y ningún medio internacional la cubre: ¿tiene alguna consecuencia? Arabia Saudita y la coalición árabe que bloquea Yemen por aire, tierra y mar, impidiendo el ingreso de

alimentos y medicinas, ha provocado la peor crisis humanitaria del mundo contemporáneo, incluyendo entre sus horrores la muerte por inanición de miles de niños y ancianos. Y, sin embargo, Arabia Saudita no ha sido sancionada económicamente ni expulsada de foros internacionales, sus medios de comunicación no han sido censurados y sus súbditos no son objeto de represalias: todo lo contrario. Estados Unidos y varios países de la Unión Europea les proveen de armas para que continúen bombardeando a su vecino más pobre y pequeño.

Que lo injusto no me sea indiferente...

Imagina un país que ha sido invadido y ocupado por un imperio poderoso por 20 años. En ese tiempo, lejos de llevarles libertad, democracia y prosperidad, los invasores han saqueado sus riquezas minerales y petroleras, han llevado sus mercenarios para “pacificar” y a sus empresas para “reconstruir”, generando una corrupción tan inconcebible que los mismos fundamentalistas a quienes expulsaron del poder han regresado triunfantes para recuperarlo, mientras los invasores y sus aliados huían despavoridos. Estoy hablando de Afganistán, aunque es muy fácil confundirse con ocupaciones similares, como la de Irak o la de Libia, perpetradas por el mismo invasor.

Durante los 20 años de ocupación norteamericana, la economía afgana no floreció (como no florecieron la libertad ni la democracia). El país vivió de la ayuda internacional, que se ha retirado en cuanto los talibanes regresaron. Además de incautar sus reservas financieras, Estados Unidos ahora ha decidido repartir una parte importante del dinero afgano entre los familiares de las víctimas del ataque del 11 de septiembre. Mientras tanto, la crisis humanitaria entre el pueblo afgano empieza a parecerse mucho a lo que han vivido los yemeníes en los últimos años.

Pero Estados Unidos no es sujeto de sanciones ni de reprimendas. No ha sido expulsado del Consejo de Derechos Humanos: al contrario, se retiró voluntariamente después de que la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos denunciara a ese país por separar a los niños migrantes de sus padres y encerrarlos en jaulas.

La guerra es, para todos, siempre, un monstruo grande que destruye la inocencia de la gente. En Ucrania, en Irak, en Yemen, donde sea: no hay buenos y malos, no hay defensores y defendidos. Hay solamente intereses que se alimentan de la desgracia y se enriquecen de la muerte ajena. Que el engaño no nos sea indiferente.

Verónica Córdova es cineasta boliviana.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.